

**RESISTÊNCIA E DESCAMINHOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL LATINO-AMERICANO:
UMA ANÁLISE SOBRE O BRASIL, CHILE E COLÔMBIA**

**RESISTENCIAS Y SALIDAS DEL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL LATINOAMERICANO: UN
ANÁLISIS DE BRASIL, CHILE Y COLOMBIA**

Ana Carolyna Ribeiro Sales¹

Silmere Alves Santos²

Resumo: A proposta desse artigo é analisar a resistência e os descaminhos presentes na atuação do movimentos estudantis do Brasil, Chile e Colômbia no enfrentamento à mercantilização da educação. A pesquisa é do tipo exploratória, de natureza qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e análise documental, cuja análise está referenciada no método materialista histórico-dialético. Embora o movimento estudantil esteja envolto pelas contradições da conjuntura neoliberal, reconhece-se o seu potencial como um espaço de luta política. É possível notar semelhanças na atuação dos movimentos estudantis supracitados, contudo, enquanto o movimento estudantil brasileiro parece ter abandonado as greves como instrumento de luta, estas se constituem como principal estratégia dos movimentos estudantis do Chile e Colômbia. Percebe-se ainda o uso das redes sociais como ferramenta de mobilização durante o movimento de ocupações, embora ainda de modo incipiente pelo movimento estudantil do Brasil. Avalia-se que a análise das estratégias dos movimentos estudantis latino-americanos pode favorecer a compreensão dos desafios e das possibilidades para a sua atuação, de modo a contribuir com a definição de possíveis estratégias de enfrentamento à mercantilização da educação.

Palavras-chave: Movimento estudantil. América Latina. Brasil. Chile. Colômbia.

Resumen: El propósito de este artículo es analizar las resistencias y los desvíos presentes en la actuación de los movimientos estudiantiles de Brasil, Chile y Colombia frente a la mercantilización de la educación. La investigación es exploratoria, de carácter cualitativo, basada en la investigación bibliográfica y análisis documental, cuyo análisis se sustenta en el método materialista histórico-dialéctico. Si bien el movimiento estudiantil está rodeado de las contradicciones de la coyuntura neoliberal, se reconoce su potencial como espacio de lucha política. Es posible notar similitudes en el desempeño de los movimientos estudiantiles mencionados, sin embargo, mientras que el movimiento estudiantil brasileño parece haber abandonado las huelgas como instrumento de lucha, estas constituyen la

¹ Graduanda em Serviço Social. Discente da Universidade Federal de Sergipe (UFS). ORCID: 0000-0003-0502-4979. E-mail: carolynaribeiro-sales@gmail.com

² Graduada em Serviço Social; Mestre, Doutora e Pós doutora em Educação. Docente efetiva do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). ORCID: 0000-0003-4453-4592. E-mail: silmere.alves@academico.ufs.br

Artigo submetido em: 01 de maio de 2022.

Artigo aceito em: 24 de julho de 2022.

p. 103-123. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202223>

principal estratégia de los movimientos estudiantiles en Chile y Colombia. El uso de las redes sociales como herramienta de movilización durante el movimiento de ocupación aún se percibe, aunque todavía de forma incipiente por parte del movimiento estudiantil en Brasil. Se evalúa que el análisis de las estrategias de los movimientos estudiantiles latinoamericanos puede favorecer la comprensión de los desafíos y posibilidades para su actuación, a fin de contribuir a la definición de posibles estrategias para enfrentar la mercantilización de la educación.

Palabras clave: Movimiento estudiantil. América Latina. Brasil. Chile. Colombia.

INTRODUÇÃO

Com a implantação do modelo de Estado neoliberal, afirma-se uma nefasta tendência à mercantilização de direitos sociais, os quais passam a ser entendidos como bens ou serviços regidos pela lógica do mercado, como é o caso da educação, principalmente, do seu nível superior. Esse processo de mercantilização reconfigura a organização e o funcionamento do ensino superior em sintonia com os interesses do capital financeiro internacional, distanciando-se cada vez mais da educação como possibilidade emancipadora.

Contudo, as questões de acesso à educação não podem ser tomadas apenas sob a dinâmica do capital, mas também é preciso reconhecer e mostrar a correlação de forças em disputa, dado que a educação é um campo de disputa por projetos distintos que expressam os interesses antagônicos das classes sociais. Nesse quadro, o movimento estudantil consiste em uma das principais forças sociais de resistência e de luta contra as investidas do capital na educação, considerando seu histórico de defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, de encontro com o modelo que atrela a educação à uma concepção mercadológica.

A atual conjuntura impõe alguns desafios para o combate da ofensiva do capital, uma vez que as transformações advindas com a era da globalização também impactaram nos movimentos sociais. Por um lado, as políticas neoliberais estabeleceram mudanças na interlocução da sociedade civil com o Estado, o que causou refluxo na base dos movimentos (GOHN, 2004). Por outro lado, a ascensão da ideologia neoliberal atingiu as subjetividades dos indivíduos, provocando um padrão de exacerbação dos valores da sociedade

capitalista, tais como o individualismo e a competitividade, o que põe em risco as organizações coletivas da classe trabalhadora.

O fortalecimento do reacionarismo conservador e o cenário de retrocessos de direitos sociais exige das forças contra-hegemônicas uma unidade de ação, ao menos no plano tático, para construir uma pauta de resistência conjunta e eficiente contra os ataques às conquistas da classe trabalhadora. Deste modo, considera-se oportuno conhecer as experiências dos movimentos estudantis latino-americanos na contracorrente de um projeto de educação imperialista em favor do capital.

O objetivo deste artigo é, portanto, analisar a resistência e os descaminhos presentes na atuação dos movimentos estudantis do Brasil, Chile e Colômbia no enfrentamento à mercantilização da educação superior, na tentativa de estabelecer correlação entre o avanço da ofensiva neoliberal e os reflexos na atuação política do movimento estudantil. A escolha pelos referidos movimentos se deve a expressividade de suas lutas nos últimos anos se comparado aos demais países da América Latina.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental, fundamentada numa abordagem qualitativa, levando em consideração os condicionantes e o contexto em que determinado processo se realiza. À luz do materialismo histórico-dialético, a pesquisa busca situar o objeto articulando-o às relações dinâmicas e processuais, de modo a estabelecer nexos com a totalidade por meio da apreensão das mediações e contradições que o caracterizam.

O artigo está estruturado em dois itens: no primeiro, buscou-se discorrer acerca da interferência das diretrizes do capital internacional na mercantilização do ensino superior; no segundo, avalia-se os desafios e as estratégias dos movimentos estudantis latino-americanos no enfrentamento à mercantilização da educação superior, destacando as particularidades das lutas do Chile, da Colômbia e do Brasil pela garantia do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, em tempos de neoliberalismo.

O NEOLIBERALISMO EM CENA: REPERCUSSÕES NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR LATINO-AMERICANA

As mudanças no mundo do trabalho, decorrentes da crise de 1970, reconfiguraram a produção e acumulação do capital, alterando-se a relação entre o Estado e a sociedade

e entre capital e trabalho. A partir disso, houve uma redução da intervenção do Estado, sobretudo na área social, ao mesmo tempo que se consolidou a tendência de privatização do sistema de proteção social, o que atingiu diretamente o desenvolvimento das políticas sociais.

Para Minto (2006, p. 219), "o processo de reconfiguração do capital se dá através [...] desse processo histórico em que o capital se apropria, de forma crescente, [...] da esfera estatal de interesses públicos cujos veículos são as políticas sociais". Esse cenário determinou o desenho das reformas sofridas pela educação superior na década de 1990, que, sob a égide do neoliberalismo, se tornou mais um campo de exploração lucrativa para o capital financeiro.

A partir do final do século XX, os organismos financeiros internacionais passam a difundir a ideia da necessidade de realizar reformas no campo educativo, consideradas "modernizadoras", a partir das diretrizes formuladas por eles (MINTO, 2006). Essas orientações estão claras nos principais documentos publicados pelo Banco Mundial e demais organismos internacionais, que respaldariam as políticas e reformas da educação superior, especialmente, nos países periféricos.

Conforme Sguissardi (2009), no documento *Financing education in developing countries: an exploration of policy options*, de 1986, o Banco Mundial defende a tese de que a educação superior possui menor retorno individual e social dos investimentos do que a educação básica. Portanto, os países deveriam diminuir os gastos públicos da educação superior pública e transferir a responsabilidade da sua manutenção aos estudantes e suas famílias a partir da cobrança de mensalidades. Além também da criação de um mercado de crédito para a educação, com bolsas seletivas, principalmente para a educação superior, e a descentralização da gestão da educação pública, incentivando a expansão de escolas privadas e comunitárias.

Em 1994, o Banco Mundial publicou um documento intitulado *La enseñanza superior - Las lecciones derivadas de la experiencia*, que propunha quatro medidas para a reforma do ensino superior na América Latina, Ásia e Caribe. Tais medidas sugeriam o reordenamento do papel do Estado, a diversificação das instituições de ensino superior, dos cursos ofertados e das fontes de financiamento das universidades públicas, além da implantação de uma política de qualificação do ensino superior (LIMA, 2011).

Nesse documento, a crise da educação superior nos países em desenvolvimento é atribuída a má administração dos recursos públicos. Deste modo, o Banco Mundial sugere uma redefinição do papel do Estado, no sentido de diminuir sua participação no ensino superior e viabilizar políticas favoráveis ao desenvolvimento de instituições tanto públicas quanto privadas (SGUISSARDI, 2009). O Banco também considera que o modelo das universidades de pesquisa é muito custoso para os países em desenvolvimento, devendo ser substituído pelas chamadas universidades de ensino, oferecidas pela iniciativa privada e com custos mais baixos. A solução seria uma maior diferenciação institucional, com a criação de instituições não-universitárias, "incluindo os cursos politécnicos, os cursos de curta duração, os ciclos e o ensino a distância" (LIMA, 2011, p. 87).

Além disso, o Banco Mundial recomenda a diversificação de fontes de financiamento das Instituições Federais de Ensino (IFES), suprimindo a gratuidade com a cobrança de mensalidades para os estudantes e através da busca de recursos não estatais, por meio do financiamento oriundo de ex-alunos, de doações de organismos de créditos e da venda de cursos de curta duração, consultorias e pesquisas. Por fim, a orientação relativa à implantação de uma política de qualificação do ensino superior sugere uma vinculação entre a distribuição de financiamento estatal e critérios de desempenho das instituições (SGUISSARDI, 2009).

Em 1995, a educação é incluída como um dos setores de serviços abrangidos pelo Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (AGCS) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa operação tem como objetivo a liberalização progressiva do comércio dos chamados serviços educacionais, o que dá as condições necessárias para a completa mercantilização da educação em todos os níveis. Conforme Sguissardi (2009), essa concepção comercial de educação é reafirmada no documento *Financing and management of the higher education*, de 1998, em que o Banco Mundial defende a tese de que o ensino superior possui características de um bem privado - competitividade, exclusividade e recusa -, acessível as forças do mercado, e não um bem exclusivamente público. Nesse mesmo documento, o Banco avalia que, assim como na década de 1990, as reformas do ensino superior no século seguinte devem permanecer orientadas para o mercado, devido a ascensão, em escala quase mundial, do capitalismo financeiro e dos princípios da economia neoliberal.

Em resumo, as necessidades do ajuste econômico e fiscal dos países em desenvolvimento e as premissas de análise econômica do tipo custo/benefício norteiam as principais diretrizes do Banco para a reforma dos sistemas de educação superior nesses países: priorizam-se os sinais do mercado e o saber como bem privado (SGUISSARDI, 2009, p. 63).

Sguissardi (2009) afirma que, no ano de 2000, as orientações do documento *La Enseñanza Superior - Las lecciones derivadas de la experiencia*, em grande parte, já tinham sido concretizadas em diversos países. Por sua vez, o documento *Estratégia para o setor educacional - documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe*, de 1999, indica que durante a década de 1990 o número de matrículas nas instituições de ensino superior privadas cresceu mais rapidamente na América Latina do que nas outras regiões do mundo (LIMA, 2011).

A expansão acelerada das instituições de ensino superior (IES) privadas, que tem como prioridade apenas o ensino, rompendo com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e a redução sucessiva de investimentos públicos nas universidades, evidenciam o caráter da política de educação superior desenvolvida no continente, notadamente a serviço do capital, em detrimento dos direitos sociais e das políticas públicas.

RESISTÊNCIA E DESCAMINHOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL LATINO-AMERICANO: AS MOBILIZAÇÕES NO BRASIL, CHILE E COLÔMBIA

Importa destacar que a luta dos estudantes não está desconexa da luta dos movimentos sociais da classe trabalhadora, portanto, analisar a ação política do movimento estudantil requer considerar a influência da conjuntura e suas determinações para a organização da classe trabalhadora.

Para além das mudanças na estrutura do Estado e no mundo do trabalho, a adoção do neoliberalismo impactou nos direitos sociais conquistados pelas lutas sociais e na própria organização dos setores combativos da classe trabalhadora, fragilizando suas lutas por meio da imposição de entraves objetivos e subjetivos. As alterações no mundo do trabalho operadas pela reestruturação produtiva intensificaram a exploração da mão-de-obra, expressas na flexibilização das relações de trabalho, criação de postos de trabalho informais, contratos temporários, além do crescente desemprego estrutural. Essa reconfiguração das relações de trabalho no bojo do neoliberalismo incidiu na organização

dos trabalhadores, tendo como resultado a “[...] ‘pulverização’, heterogeneização e desarticulação da classe trabalhadora, que leva à perda de unidade e identidade nas lutas” (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 191, grifo do autor).

Com o ideário neoliberal, agudizam-se as relações competitivas, o que tem gestado uma conjuntura de exacerbação dos valores individualistas e egoístas, próprios da sociabilidade capitalista. Assim, os projetos individuais se sobrepõem à coletividade, o que “[...] dilui as classes em prol de uma individualidade falaciosa” (MOURA, 2008, p. 59). É nesse contexto que se dá a fragmentação da classe trabalhadora, numa busca incessante pelos anseios individuais em detrimento de uma luta coletiva que contemple a totalidade da classe.

Além disso, o neoliberalismo opera uma despolitização dos conflitos sociais ao passo que transfere as demandas sociais para a esfera privada (mercantilização dos serviços sociais) e/ou para o terceiro setor³, o qual aparece como uma alternativa “solidária” que fornece serviços sociais, desresponsabilizando o Estado e culpabilizando os sujeitos pela sua condição de vulnerabilidade. O atendimento das demandas sociais pela via do terceiro setor as retira da origem da sua causa sistêmica, visto que é repassado sob a perspectiva assistencialista e filantrópica, desviando o foco do embate entre as classes sociais e o Estado. Segundo Montañó (2002, p. 61), isso “termina por calar as vozes desconformes com as condições de vida dessa ordem social. É, portanto, uma atividade ainda mais desarticuladora e inibidora do descontentamento e da tendência à rebeldia”.

Esta lógica gera uma retração das lutas sociais e desmobiliza os trabalhadores na medida em que os direitos sociais são apontados pela ideologia dominante como fruto da benemerência do Estado e do voluntariado e não como conquista da luta coletiva da classe trabalhadora, o que faz parecer que suas reivindicações são ineficazes. Honorato (2009, p. 5) complementa que, “esse descrédito é atribuído, também, por acontecimentos mais amplos, como foram a Queda do Muro de Berlim ou o fracasso do Socialismo Europeu”.

³ Compreendem um conjunto de instituições, ONGs, fundações, organizações da sociedade civil que passam a desempenhar as funções públicas fora do Estado, no espaço do mercado, mas sem fins lucrativos (RIBEIRO, 2014, p. 65).

O colapso do "socialismo real"⁴ no Leste Europeu, no final de 1980, foi um dos determinantes para a afirmação da hegemonia neoliberal. Ao descaracterizar o projeto socialista, o capitalismo global dissemina a falácia de que não há alternativa para além do capitalismo uma vez que esta seria a única forma de sociabilidade possível, o que tende a naturalizar esse sistema e suas contradições estruturais. Essas mudanças contribuíram para o refluxo do movimento ofensivo da classe trabalhadora, dada a descrença gerada pela suposta impossibilidade de superação da ordem capitalista. Assim, as lutas sociais foram gradativamente assumindo uma posição defensiva, se conformando dentro das margens desse modo de produção. É notório, portanto, que a conjuntura neoliberal impõe grandes desafios aos movimentos sociais e à própria classe trabalhadora.

Enquanto movimento social, o movimento estudantil não está isento das repercussões do neoliberalismo, o que se evidencia na desarticulação da sua organização política e na fragmentação das suas lutas na atual conjuntura. Soma-se a isso a despolitização, o descrédito aos movimentos sociais e a apatia política que opera na sociedade, o que se torna ainda mais problemático num contexto de ofensiva ultraneoliberal e de extrema-direita.

No Brasil, Honorato (2009) aponta que há uma retração das lutas dos setores organizados da classe subalterna com a eleição de Lula, pois parecia ser descabida a oposição que era presente nos governos anteriores, considerando as expectativas criadas pela classe trabalhadora em torno da eleição de um militante da esquerda brasileira. Inclui-se aí o movimento estudantil, em que pese a sua fragmentação e desmobilização decorrente da cooptação das lideranças e da postura acrítica assumida pela União Nacional dos Estudantes (UNE) acerca das políticas do governo. Tal posicionamento levou alguns segmentos da luta estudantil a romperem com a entidade e se organizarem por fora dela, tornando-se, inclusive, oponentes. É importante ressaltar que essas divisões adensam a dificuldade na construção de uma unidade no movimento estudantil para a afirmação da sua bandeira histórica de defesa da educação pública e gratuita.

A manutenção das contrarreformas neoliberais no governo Lula e a cumplicidade das lideranças estudantis estabeleceu um intenso refluxo no movimento estudantil

⁴ A derrocada de um padrão societário que identificou sumariamente socialização com estatização, que colonizou a sociedade civil mediante a hipertrofia do Estado e partido fusionados, que tentou articular direitos sociais sobre a quase inexistência de direitos civis e políticos (NETTO, 1993, p. 67).

mediante o esvaziamento das bases e a ausência de estratégias e de um projeto eficiente do movimento contra a ofensiva do capital. Em razão disso, o crescimento das resistências se dá em ritmo notadamente inferior ao desmonte da educação superior.

Como forma de resistência à implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi desencadeado um movimento de ocupações de reitorias das universidades federais pelos estudantes, no ano de 2007. Embora atenda uma reivindicação histórica do movimento estudantil - a ampliação das vagas nas universidades públicas -, o REUNI gerou avaliações divergentes no movimento estudantil, em que pese a ausência de infraestrutura e recursos humanos suficientes nas universidades brasileiras para comportar o aumento das vagas, o que tornaria essa expansão precarizada. Deste modo, uma parcela do movimento estudantil era contra a adoção desse programa pelas universidades por ele não garantir a efetiva democratização do acesso e permanência à educação superior pública de qualidade socialmente referenciada.

As ocupações começaram como forma de pressionar as universidades a recusar a adesão ao Programa, pois essa decisão era feita pelos Conselhos Universitários das instituições, que, por sua vez, era quase inexistente a representação dos estudantes e técnicos. Durante esse período, foram deflagradas greves e paralisações de professores, estudantes e técnicos-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior, além das ocupações de cerca de 15 reitorias pelo país, em universidades de Rondônia, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco e Santa Catarina (PRIETO, 2007).

Os estudantes participantes dessas mobilizações enfrentaram ameaças e repressão violenta e a maioria das ocupações foram encerradas sem obter a rejeição da adesão ao REUNI pelas instituições, embora algumas tenham cedido temporariamente à reivindicação estudantil, como no caso da Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mas por fim também aderiram (PRIETO, 2007).

Também é importante frisar que houve conflito dentro do próprio movimento estudantil acerca das ocupações, pois enquanto algumas organizações estudantis eram contrárias ao REUNI e lutavam contra sua aprovação, a exemplo da Coordenação Nacional

de Luta dos Estudantes (CONLUTE), em algumas universidades os próprios Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) eram a favor da sua aplicação, assim como a UNE, que não demonstrou apoio às manifestações em defesa da implementação do REUNI. Esse posicionamento da UNE reflete o distanciamento da entidade em relação a base do movimento estudantil e a fragmentação interna do movimento.

Em 2013, os estudantes aparecem com força na cena política no conjunto de mobilizações na cidade de São Paulo, convocadas pelo Movimento Passe Livre⁵ (MPL), contra o aumento da passagem do transporte coletivo. As manifestações, compostas predominantemente por jovens trabalhadores e estudantes, alcançaram grande repercussão nacional e tiveram um crescimento rápido e surpreendente, se generalizando por todo o país. O movimento, que contou com apoio de partidos de esquerda, entidades estudantis e movimentos populares, expandiu a pauta inicial para incluir reivindicações em torno da ampliação dos direitos sociais, como o acesso à saúde, educação, moradia, entre outros.

As frações burguesas, por sua vez, tentaram derrotar as mobilizações através da repressão policial violenta e da deslegitimação dos protestos com apoio da mídia, no entanto, não lograram êxito, o que os levou a mudar radicalmente de estratégia. A mídia então assumiu um discurso de "apoio" aos protestos, na tentativa de encontrar um terreno fértil para desviar o foco das mobilizações para a luta "anticorrupção" circunscrita ao governo petista, como também, de disseminar um discurso antipartidário entre os manifestantes. Tratava-se de uma tentativa de despolitizar e esvaziar o conteúdo social das manifestações, mas, para além disso, de instrumentalização dos protestos por movimentos de extrema-direita, que, por sua vez, interviram nas mobilizações para exigir o *impeachment* de Dilma Rousseff.

A manipulação das manifestações pela extrema-direita pode ser reflexo de uma juventude despolitizada, que tem aversão aos partidos políticos e aos movimentos sociais, facilmente passível de ser envolvida por setores conservadores. Também demonstra a fragilização das organizações de esquerda, e, conseqüentemente, o crescimento da hegemonia conservadora, "reforçada [...] pela inequívoca transformação de organizações

⁵ De acordo com seu próprio site, o Movimento Passe Livre se define como um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público gratuito para a população e fora da iniciativa privada.

que em sua gênese apresentavam-se como classistas em explícitas defensoras da ordem do capital e da colaboração de classes” (CALIL, 2013, p. 398).

Em contrapartida, o movimento estudantil secundarista demonstrou sua capacidade de organização e resistência com as ocupações de escolas públicas em diversas regiões do país nos anos de 2015 e 2016. No final de 2015 ocorreram as primeiras ocupações pelos estudantes secundaristas, em São Paulo, contra o projeto de reestruturação da organização do ensino que levaria ao fechamento de 93 unidades escolares. Esse movimento de ocupações ganhou amplitude e replicou-se em outros estados, a exemplo do Rio de Janeiro, Goiás e Paraná, envolvendo as demandas particulares de cada escola, mas associado também a aspectos relacionados à conjuntura política, econômica e social estadual e nacional (ROCHA, 2020). Em algumas cidades, como no caso paulista, a luta estudantil saiu vitoriosa.

A segunda onda de ocupações, em outubro de 2016, ocorreu em uma conjuntura distinta, na qual a correlação de forças políticas se alterou com a tomada do poder pela extrema-direita após o golpe contra a presidente Dilma Rousseff. Já de início, o governo Temer adotou medidas que expressam uma onda conservadora e representam retrocessos sociais, aprofundando as políticas neoliberais no país e servindo unicamente ao grande capital financeiro.

O movimento de ocupações que tomou projeção nacional era contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que limita os gastos do governo federal por 20 anos, e, conseqüentemente, reduz o repasse de recursos para áreas como a educação. Os estudantes também se mobilizaram contra a Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória nº 746/2016), reivindicando um amplo debate sobre a proposta antes da sua implementação. Esse processo foi acompanhado por ocupações e greves nas universidades ao passo que o movimento estudantil universitário começou a se somar na luta dos secundaristas.

No contexto pós-*impeachment*, os estudantes foram às ruas para exigir a realização de novas eleições e a saída do presidente ilegítimo, como também para resistir ao desmonte de direitos históricos da classe trabalhadora, a exemplo das reformas da Previdência e Trabalhista propostas por Temer, o pacote de privatizações e a drástica redução de verbas para as políticas públicas, inclusive, para a educação superior. No entanto, suas reivindicações não encontraram um ambiente favorável em tempos de

ascensão da extrema-direita, tanto que, apesar da pressão dos movimentos sociais, foi implementada uma série de medidas que atacam os direitos sociais e trabalhistas.

No governo Bolsonaro, o movimento estudantil enfrenta os ataques às universidades públicas, fortalecidos pelo negacionismo da ciência e os cortes de recursos para a educação e a pesquisa, além da perseguição por parte do governo federal e a criminalização das suas lutas e resistências, dado o reacionarismo neofascista deste governo, explícito em seus discursos e ações de criminalização das lutas sociais e das forças de esquerda.

Apesar do cenário adverso, o movimento estudantil se esforça em resgatar seu potencial combativo após um período de intenso refluxo ocasionado pela sua institucionalização durante os governos petistas. A via de enfrentamento judicial aparece como uma nova estratégia dos movimentos da educação contra os ataques antidemocráticos de Bolsonaro. No início de 2020, a UNE e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) entraram com um pedido de adiamento do Enem 2020 no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em razão da pandemia do Coronavírus e seus prejuízos aos estudantes de escolas públicas. Como resultado da pressão dos estudantes e das entidades estudantis, que também se mobilizaram nas redes sociais com a *hashtag* #AdiaEnem, o Senado aprovou o adiamento das provas e o Exame foi remarcado para janeiro de 2021 (UBES, 2020).

Uma semana antes da aplicação das provas, a UNE e a UBES entraram novamente com uma ação judicial no Ministério Público Federal (MPF) solicitando um posicionamento do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a respeito da possibilidade de novo adiamento do exame e/ou um esclarecimento das medidas adotadas para evitar a contaminação dos participantes da prova, considerando o pico da segunda onda de infecções pela Covid-19 (UBES, 2021). Todavia, a possibilidade foi descartada pelo MEC e o INEP, que mantiveram a realização das provas nas datas previstas.

Também no ano de 2020 foi publicada a Medida Provisória nº 979/2020, que suspendeu os processos de consulta à comunidade acadêmica e delegou a nomeação de reitores e vices aos critérios do Ministério da Educação durante o período da pandemia. Entretanto, como vitória da resistência do movimento estudantil e docente, a medida não chegou a vigorar, embora nos últimos anos tem sido evidente a investida no ataque à

autonomia universitária das Instituições Federais de Ensino, a partir da nomeação de interventores para a ocupação dos cargos de reitor(a) e vice-reitor(a) destas instituições em detrimento da consulta pública realizada entre a comunidade universitária.

Em 2021, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) teve o menor número de inscrições em mais de uma década, com somente 3,1 milhões de inscritos. Uma questão a ser considerada para esse recorde negativo foi a decisão do Ministério da Educação de manter a regra de não conceder isenção da taxa de inscrição aos alunos - que pode ser solicitada por alunos de escola pública ou em situação de vulnerabilidade econômica-, que não compareceram à prova no ano anterior, regra a qual entrou em vigor no governo Bolsonaro. Vale mencionar que o Enem 2020 foi realizado num contexto de crise sanitária provocado pela Covid-19, em um ano em que a educação básica estava se adaptando ao ensino remoto, e vários jovens, principalmente os estudantes de escolas públicas, ficaram sem acesso às aulas e foram prejudicados.

Diante disso, entidades estudantis realizaram a abertura de uma ação judicial conjunta solicitando a reabertura das inscrições para solicitação de isenção do Enem 2021, em virtude do baixo número de inscritos. Em vitória aos estudantes, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a reabertura do prazo de isenção para os estudantes inscritos no Enem 2021, sem a necessidade de apresentar justificativa de ausência no Enem do ano anterior tal qual estava sendo solicitado, de acordo com notícia do Correio Braziliense (2021).

A similaridade do panorama educacional na América Latina determina a origem dos movimentos estudantis latino-americanos, que se constituem como força social na cena política para enfrentar o modelo de educação imposto no continente. Nos últimos 15 anos, as lutas do movimento estudantil chileno se mostraram com força em prol de uma educação pública gratuita e de qualidade, num país marcado por um sistema educacional profundamente desigual e mercantilizado. No Chile, as universidades públicas não são gratuitas e a cobrança de mensalidades tanto nas instituições públicas quanto privadas produzem segregação social e o endividamento de muitos estudantes, dada as altas taxas de juros dos programas de crédito estudantil.

Em 2006, os estudantes secundaristas protagonizaram o movimento que ficou conhecido como "Revolta dos Pinguins", em referência à aparência dos uniformes utilizados

pelos secundaristas. No dia 30 de maio daquele ano, os estudantes convocaram uma greve geral que reuniu em torno de 600 mil pessoas nas ruas, configurando o maior protesto estudantil da história do país. Inicialmente as mobilizações reivindicavam “gratuidade do exame de seleção para a universidade, passe escolar grátis e sem restrições de horário para transporte municipal, melhoria e aumento da merenda escolar e reforma das instalações sanitárias em mau estado em muitas escolas” (ZIBAS, 2008, p. 202-203). Essas pautas foram atendidas de imediato pela recém empossada presidente, Michelle Bachelet, porém, conforme o movimento foi desenvolvendo sua dimensão política, foram incorporadas reivindicações com maior amplitude, tais como a anulação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino, uma herança da ditadura militar que favorecia o sistema educacional descentralizado e privatizado, e a alteração ou anulação da Jornada Escolar Completa, que estabelecia um período maçante de estudos nas escolas.

Silva, Carlos e Sousa (2018) explicam que os estudantes foram duramente reprimidos pela polícia em suas manifestações nas ruas, o que os fez adotar outro tipo de estratégia principal, a ocupação de escolas. Dentro das escolas ocupadas existia uma grande articulação e integração entre os secundaristas, que realizavam assembleias e reuniões para discutir a organização do cotidiano das ocupações, a realidade política do país e a definição das próximas táticas de luta a serem tomadas pelo movimento. Além disso, o esforço em manter o diálogo direto com a população para conquistar apoio da sociedade e a utilização das redes sociais para organização e divulgação da causa também foram fundamentais. Esse movimento forjado pelo movimento estudantil chileno serviu de inspiração para as ocupações realizadas anos depois no Brasil pelos estudantes secundaristas.

As mobilizações dos secundaristas chilenos foram cessadas às custas da criação de uma comissão para avaliação de uma reforma educacional, no entanto, a proposta final apresentada em 2007 não contemplou inteiramente as reivindicações dos estudantes. De acordo com Zibas (2008, p. 203), o movimento estudantil tentou construir uma nova mobilização, mas o cenário político não estava mais propício para construção de “um discurso unitário que sensibilizasse as diferentes correntes do setor estudantil”.

Em 2011, houve uma nova onda de protestos estudantis no Chile como expressão da insatisfação com o modelo neoliberal de educação do país, principalmente, de educação

superior. Tratou-se de um movimento prolongado, incisivo e persistente que se iniciou quando “a chamada direita pinochetista formada pela cúpula dos neoliberais governava o país pela primeira vez após a transição da ditadura à democracia” (PIRES, 2015, p. 90), tendo em seu interior a reivindicação de uma verdadeira reforma do mercantilizado sistema educacional: gratuidade e ampliação do acesso às universidades, melhor qualidade de ensino e o fim da lucratividade nas iniciativas educacionais.

Os estudantes universitários, muitos dos quais na época tinham sido ativistas da Revolta dos Pinguins, entraram em greve, ocuparam escolas e universidades e realizaram grandes marchas e paralisações nacionais de forma constante na capital chilena e nas principais cidades do país. Betencourt (2016) explica que as ruas retornaram a ser uma forte arena política das lutas do movimento estudantil naquele período, embora os protestos tenham continuado sendo alvo de repressão policial, com registros de confrontos entre estudantes e policiais que resultaram em manifestantes presos, feridos e mortos. Ainda assim, a massividade das manifestações demonstrou o grande potencial mobilizador da luta estudantil:

Por volta de vinte mil estudantes começaram marchando nas ruas em maio de 2011. Em julho e agosto já chegavam a cem mil, e seu auge aparece em fins de agosto numa manifestação no Parque O'Higgins com cerca de setecentos mil estudantes e a adesão de diversos outros sectores (BETENCOURT, 2016, p. 178).

Paiva (2015) corrobora esse argumento ao apontar que as paralisações dos setores públicos e privados nesse período chegou a durar sete meses, o que demonstra a força da capacidade política do movimento estudantil chileno. Pires (2015) explica que a mobilização em massa estava articulada às federações estudantis, às quais, universidades tradicionais e as privadas são associadas. A Confederação de Estudantes do Chile (CONFECH), constituída pelos representantes destas federações universitárias, era responsável pela convocação dos estudantes para greve, mas a adesão à greve estudantil era decidida internamente pelo corpo discente das instituições.

Nas mobilizações de 2011 também se destacou o emprego dos recursos tecnológicos em seu repertório de ação, principalmente o uso de redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, enquanto ferramentas de apoio para amplificar o alcance do seu discurso e torná-lo mais acessível à sociedade, “construindo um discurso instantâneo e poderoso que ultrapassa a dinâmica político-comunicacional à qual estamos habituados” (ORTEGA, 2006, p. 22, tradução nossa). À medida que o movimento se generalizou, conquistando apoio de trabalhadores,

sindicalistas e de ampla parcela da sociedade, passou a incorporar também uma agenda por participação e transformação do sistema político chinelo, trazendo o apelo a uma nova Constituição, uma reforma tributária e a modificação da política nacional em relação às riquezas naturais - a renacionalização da indústria do cobre (BETENCOURT, 2016).

Ressalta-se que ao exigir qualidade na educação, a mobilização estudantil pôs em xeque a lógica neoliberal que circunscreve a universidade, e, para além disso, a institucionalidade política construída pela ditadura militar no país. A partir dessa compreensão, pressupõe-se que o grande feito do movimento estudantil chileno tenha sido estabelecer a politização das suas pautas, construindo a percepção entre os estudantes e a sociedade de que os problemas do sistema educacional e a razão para o endividamento das famílias tinha motivos estruturais referentes ao sistema político e econômico chileno, exercendo, assim, o papel político-formativo próprio dos movimentos sociais.

Com esse feito, conseguiram mobilizar outros setores sociais e incluir tais questões como prioridades da agenda nacional, obtendo êxito na conquista de algumas das suas reivindicações, a exemplo da redução dos juros do crédito estudantil e a recente aprovação de uma nova Constituição. Porém, os protestos mais recentes, de 2016 e 2019, evidenciam a força dos estudantes chilenos e a continuidade da sua luta, que tem por fim um objetivo maior: a transformação na estrutura do sistema.

A Colômbia também é outro exemplo marcante da capacidade de atuação do movimento estudantil, protagonista de grandes mobilizações nacionais. Em 2011, os estudantes colombianos organizaram uma greve geral que atingiu 32 universidades públicas do país, reivindicando que o projeto de lei para a Educação Superior apresentado pelo presidente Juan Manuel Santos fosse retirado do Congresso devido seu viés privatizante (BAUER; PAIVA, 2017). Além da adesão de professores e estudantes secundaristas, os protestos estudantis receberam apoio de sindicatos e organizações da classe trabalhadora, evidenciando a abrangência social conquistada pelo movimento de resistência à mercantilização da educação superior.

Após recuo do governo, a greve universitária, que durou pouco mais de um mês, foi encerrada com a vitória da reivindicação estudantil, segundo notícia do Correio Braziliense (2011). Decerto, as greves se constituem como importante mecanismo

reivindicatório entre os movimentos sociais colombianos, o que se evidencia também nas inúmeras greves deflagradas pelo movimento sindical docente ao longo dos anos.

Ao analisar a *Mesa Amplia Nacional Estudiantil* (MANE), organização representativa dos estudantes universitários colombianos, Galindo-Ramirez (2016, p. 11) observa que o movimento estudantil colombiano se caracteriza pela orientação apartidária, a organização horizontal, “[...] ausência de um líder, modo de funcionamento por comissões e a busca de formas de decisão consensuais não centralizadas”, além da intensiva apropriação das plataformas digitais como o *Facebook*.

A principal luta dos estudantes colombianos é pelo aumento do orçamento das universidades públicas. Em 2018, os estudantes universitários deflagraram uma greve que durou mais de três meses e teve um alto índice de acatamento, sendo aderida por 57 instituições, tanto públicas quanto privadas. Nesse ínterim, também foi realizada uma série de protestos, em que pese uma mobilização histórica que aglutinou 500 mil pessoas nas ruas. Além disso, de acordo com os estudantes, “um dos métodos da greve tem sido a ocupação de praças e edifícios emblemáticos. Organizamos acampamentos universitários, fechamos ruas etc.” (ANDES-SN, 2019).

Nesta ocasião, o movimento estudantil avançou em negociações com o governo nacional, conquistando um aumento de 4,5% do orçamento da educação superior, mas retornaram as ruas no final de 2019 para exigir o cumprimento do acordo. É pertinente destacar que, na Colômbia é corriqueiro que os estudantes sejam violentamente reprimidos, tanto que o movimento estudantil exige o desmonte do Esquadrão Móvel Antidistúrbios, a polícia de choque colombiana, que tem enfrentado os estudantes em seus protestos e já deixou mortos e feridos (ANDES-SN, 2019).

Percebe-se que apesar das singularidades no modelo de organização, nas estratégias e no modo de ação, a luta estudantil é marcada por momentos de resistência em toda a América Latina, a exemplo da Revolução dos Pinguins no Chile em 2006 e as ocupações das escolas públicas no Brasil. Em razão da própria formação sócio-histórica dos países, os movimentos estudantis latino-americanos, em especial no Brasil, no Chile e na Colômbia, possuem em comum a luta por um novo projeto de universidade que supere a exclusão histórica e colonizada do acesso à educação superior. Historicamente, a utilização das ruas como arena política e os conflitos diretos com as forças hegemônicas fazem parte do

repertório de ações desses movimentos, garantindo conquistas e avanços para o seu povo. Porém, cada particularidade nacional também possui seus limites e contradições, que expressam os descaminhos impostos pelo contexto neoliberal.

No quadro atual, o movimento estudantil brasileiro apresenta um declínio do seu potencial de enfrentamento da mercantilização e dos retrocessos no ensino superior público, em virtude da fragmentação das suas lutas e do abandono de instrumentos combativos, como as greves, após um período de cooptação das lideranças do movimento. Em contrapartida, no âmbito do Chile e da Colômbia, a função da greve é utilizada fortemente pelos movimentos estudantis enquanto mecanismo de reivindicação de direitos e estratégia de resistência, mobilizando setores da sociedade através do exercício do seu potencial político-formativo ao investir na politização da juventude e na conscientização crítica dos sujeitos. Nessa direção, acredita-se que as experiências dos movimentos estudantis chilenos e colombianos possam servir de referência para reverter o quadro em que atualmente se encontra o movimento estudantil brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a lógica privatista mercantil que marca a política de educação superior na América Latina torna-se fundamental para problematizar o atrelamento do ensino superior às regras e interesses do capital, bem como os seus efeitos deletérios para a garantia da educação superior pública como bem público e direito social. Examinando a ofensiva neoliberal contra a educação superior, percebe-se a importância de reconhecer também as forças sociais que se contrapõem à tendência de mercantilização da educação pública, assim como as suas estratégias de resistência e os descaminhos que a perpassam.

Em tempos sombrios como a atual conjuntura, torna-se necessário que o movimento estudantil latino-americano avance na perspectiva anti-imperialista, resgatando a luta por um novo projeto de universidade que rompa com o seu caráter elitista e permita o acesso amplo e irrestrito à educação superior pública, gratuita e de qualidade. Acredita-se que a saída para esse cenário seja a unificação da luta, fortalecendo a resistência em âmbito nacional, mas para além disso, visando a retomada de uma agenda de luta única entre os movimentos latino-americanos e caribenhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES-SN. **Universitários da Colômbia estão em greve desde outubro**. Brasília, DF, 21 jan. 2019. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/estudantes-universitarios-da-colombia-estao-em-greve-desde-outubro1>. Acesso em: 9 nov. 2021.

BAUER, Carlos; PAIVA, Luis. O Sindicalismo docente universitário da Argentina, Brasil, Colômbia, México e sua resistência à contrarreforma universitária. **Revista historia de la educacion latinoamericana**, v. 19, n. 28, p. 109-128, 2017.

BETENCOURT, Rafael. A revolta estudantil e a luta pela democratização do sistema educacional chileno. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 175-192, jul./dez. 2016.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 377-403, ago. 2013.

CORREIO BRAZILIENSE. **Relator no STF vota a favor de reabertura de inscrições com isenção no Enem**. Brasília, DF, 2 set. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/2021/09/4947292-stf-determina-reabertura-do-prazo-para-pedido-de-isencao-da-taxa-do-enem.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe social e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GALINDO-RAMIREZ, Liliana. Dinâmicas transnacionais em tempos de Internet: jovens, mobilização e apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 8-16, set. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HONORATO, Leidilane de Oliveira. Os desafios impostos à luta da classe trabalhadora no contexto neoliberal. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2009.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação Superior brasileira na primeira metade do novo século. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, 2011.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à "questão social" e a funcionalidade do "terceiro setor". **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 8, p. 53-64, jun. 2002.

MOURA, Jefferson Davidson Dias de. Os novos movimentos de classe: reflexões sobre a organização política dos trabalhadores brasileiros. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, 2008.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

ORTEGA, Juan. Movilizaciones estudiantiles: Lecciones de cívica con uniforme. *In*:

ORTEGA, Juan et al. (org.). **Me gustan los estudiantes**. Santiago de Chile: Lom Ediciones, 2006.

PAIVA, Aline Cristina. Mundialização Financeira e Educação: os impactos das políticas neoliberais no ensino superior, o caso do Brasil e Chile. **Itinerarius Reflectionis**, Goiás, v. 11, n. 2, p. 1-19, 2015.

PIRES, Cláudia Priscila. As reformas neoliberais na estrutura, na organização e no financiamento da educação superior do Chile e a deflagração do movimento estudantil em 2011. **Revista Contraponto**, Piauí, v. 1, n. 3, p. 77-100, out./nov. 2015.

PRIETO, José Ricardo. Derrota da gerência FMI-PT: REUNI é reprovado pelos estudantes. **A Nova Democracia**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 32, dez. 2007. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-38/80-derrota-da-gerencia-fmi-pt-reuni-e-reprovado-pelos-estudantes>. Acesso em: 11 set. 2021.

RIBEIRO, Danielle Sachetto. **O direito à saúde em tempos neoliberais: a judicialização da saúde como estratégia para a garantia de direitos?**. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2014.

ROCHA, Daniel Leonel da. Ocupação das escolas em 2015 e 2016: uma breve análise da forma e do conteúdo da ação dos estudantes. **Revista Sociologias Plurais**, Paraná, v. 6, n. 1, p. 61-86, jan. 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Edivania Vieira da; CARLOS, Luana Marques; SOUSA, Antônio Fábio Macedo de. O movimento estudantil secundarista: um estudo sobre a ocupação do Liceo Lastarria na cidade de Santiago no Chile. **Revista Três Pontos**, v. 15, n. 1, p. 52-55, fev. 2018.

UBES. **#AdiaEnem: Estudantes comemoram vitória pelo adiamento, mas a luta continua**. 21 maio 2020. Disponível em: <https://ubes.org.br/2020/enem-adiado-estudantes-comemoram-recuo-do-governo-mas-a-luta-continua/>. Acesso em: 24 out. 2021.

UBES. **UBES entra com ação no MPF por novo adiamento do Enem**. 8 jan. 2021. Disponível em: <https://ubes.org.br/2021/ubes-entra-com-acao-no-mpf-por-novo-adiamento-do-enem>. Acesso em: 24 out. 2021.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. "A Revolta dos Pingüins" e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 199-220, maio/ago. 2008.